

IGNACIO M. POVEDA VELASCO

Professor Titular de História do Direito da Faculdade de Direito da USP

Mestre, Doutor e Livre-Docente pela Faculdade de Direito da USP

Pós-Doutorado na Universidade de Roma I( La Sapienza)

Presidente da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP

Membro da Comissão de Cooperação Internacional (CCInt) da USP

## **OS ESPONSAIS DO DIREITO LUSO - BRASILEIRO**

Quartier Latin

São Paulo, 2007

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

POVEDA VELASCO, Ignacio M.

Os Esponsais no Direito Luso-Brasileiro / Ignacio M. Poveda Velasco -  
São Paulo : Quartier Latin, 2007.

ISBN 85-7674-189-X

1. História do Direito I. Título

## SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1. Os Esponsais no Direito da Época Colonial	23
1.1. Contexto histórico	23
1.2. A sistemática das Ordenações	30
1.2.1. Inexistência de uma regulamentação específica	30
1.2.2. A legislação canônica como direito subsidiário nas Ordenações	34
1.3. O Direito Canônico	36
1.3.1. Os sponsais na legislação e na doutrina canônicas	40
1.3.2. As "Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia"	47
1.3.3. A jurisprudência da época	50
1.4. A Lei portuguesa de 06 de outubro de 1784	55
1.4.1. A nova legislação no contexto da época pombalina	55
1.4.2. A regulamentação civil dos sponsais	59
1.4.3. A posição da doutrina	67
Capítulo 2. Os Esponsais no Direito Anterior à Codificação	79
2.1. Contexto histórico	79
2.2. Os sponsais a luz da legislação imperial e de sua jurisprudência	82
2.3. A posição da doutrina	102
2.4. Os sponsais nos projetos do Código Civil Brasileiro	121
2.4.1. O "Esboço" de Teixeira de Freitas	121
2.4.2. O Projeto Nabuco de Araújo	127
2.4.3. O Projeto Felício dos Santos	127
2.4.4. O Projeto Coelho Rodrigues	130
2.4.5. O Projeto Clóvis Beviláqua	133
Capítulo 3. Os Esponsais no Moderno Direito Civil Brasileiro	139
3.1. As discussões do Projeto Clóvis Beviláqua. O projeto revisto e a exclusão dos sponsais	139

3.2. Sobrevivência dos esponsais no ordenamento jurídico brasileiro: posição da doutrina	154
3.3. Discussão doutrinária sobre a natureza jurídica das promessas de casamento e a responsabilidade decorrente da sua quebra injustificada	166
3.4. A prática jurisprudencial: fundamentos jurídicos da concessão de indenização. O dano moral	174
3.5. A matéria à luz do novo Código Civil Brasileiro (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002)	185
3.5.1. Referências normativas e comparação com o Código Civil de 1916	185
3.5.2. Perfil atual do instituto: tentativa de esboço	187
Conclusões	201
Apêndice	211
Bibliografia	259
Fontes citadas	269
Repertórios Jurisprudenciais Citados	272